



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PROCESSO N.º: 63923-8/02
EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
EMBARGADO: JADIR DO NASCIMENTO
RELATOR: Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO. ATUALIZAÇÃO DA CONDENAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. SÚMULA DO STJ. EMBARGOS ACOLHIDOS À UNANIMIDADE.

- O *decisum* vergastado revela-se omissivo, haja vista não ter se pronunciado sobre o termo inicial da fixação da correção monetária, apreciação que independe de pedido expresso da parte interessada.
- "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento" (Súmula 362/STJ).
- Embargos acolhidos à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 63923-8/02, que tem como Embargante SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e, como Embargado, JADIR DO NASCIMENTO.

ACORDAM os Desembargadores que compõem a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, sem discrepância de votos, em ACOLHER os presentes embargos de declaração, para fixar a data de julgamento da Apelação Cível de nº 63.923-8 como o termo inicial da incidência da correção monetária, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que passam a integrar este julgado.

Recife,

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Relator



005-714
mm

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PROCESSO N.º: 63923-8/02
EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
EMBARGADO: JADIR DO NASCIMENTO
RELATOR: Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

RELATÓRIO

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, já devidamente qualificada nos autos, interpôs os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (fls. 02), em face do acórdão proferido no julgamento da Apelação Cível de nº 63.923-8, alegando a existência de omissão na mencionada decisão.

Sustenta o embargante, em síntese, que o acórdão questionado reduziu o valor da indenização para R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sem, no entanto, consignar expressamente qual seria o termo inicial para atualização da condenação, requerendo, ao final, que a decisão seja complementada, para determinar a incidência da correção monetária apenas a partir da data do julgamento da apelação.

É o relatório.

Recife,

18/12/2009

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PROCESSO N.º: 63923-8/02
EMBARGANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
EMBARGADO: JADIR DO NASCIMENTO
RELATOR: Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

VOTO

Verifico, que, de fato, o *decisum* vergastado revela-se omissivo, haja vista não ter se pronunciado sobre o termo inicial da fixação da correção monetária, apreciação que "independe de pedido expresso da parte interessada" (STJ - AgRg no REsp 905603 / RJ AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2006/0261559-2; Relator Ministro LUIZ FUX (1122); T1 - PRIMEIRA TURMA; Julgado em 09/09/2008; DJe 29/09/2008).

Vislumbra o recorrente que a incidência dê-se a partir da decisão questionada, no que lhe assiste razão, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça já sumulou o entendimento de que "a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento" (Súmula 362/STJ), e o referido julgamento, ao reduzir o *quantum* anteriormente fixado, configurou, sem dúvida, nova estipulação.

Nesse sentido, colaciona-se:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. HOMICÍDIO. VIGILANTE QUE ATUA EM LEGÍTIMA DEFESA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. COISA JULGADA PARA A JURISDIÇÃO CIVIL.

1. O Tribunal a quo manifestou-se acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, tal como lhe fora posta e submetida. Não cabe alegação de violação do artigo 535 do CPC, quando a Corte de origem aprecia a questão de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese da recorrente. Precedentes.

2. A coisa julgada só pode atingir o réu do processo penal, não os possíveis responsáveis no âmbito cível, pois a sentença faz coisa julgada entre as partes, não beneficiando, nem prejudicando terceiros (art. 472, CPC).

3. A decisão na esfera criminal somente gera influência na jurisdição cível, impedindo a rediscussão do tema, quando tratar de aspectos comuns às



007 16 m

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

duas jurisdições, ou seja, quando tratar da materialidade do fato ou da autoria, segundo previsto no art. 935 do CC/2002 (que repetiu o disposto no art. 1.525 do CC/1916).

4. O reconhecimento da legítima defesa do vigilante no juízo criminal não implica, automaticamente, a impossibilidade da parte autora requerer indenização pelos danos ocorridos, especialmente quando, como no caso ora em análise, pugna pelo reconhecimento da responsabilidade civil objetiva do Banco e da Empresa de Vigilância, obrigados em face do risco da atividade.

5. Em relação à alegada culpa exclusiva da vítima, a revisão das conclusões realizadas com base no arcabouço fático-probatório delineado nas instâncias ordinárias é vedada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

6. Em relação ao Banco, o acórdão já transitou em julgado, porquanto o agravo de instrumento interposto sob o nº 631.221/RJ não foi conhecido por esta Corte (decisão publicada em 12/11/2004 e transitada em julgado em 23/11/2004).

7. A relação jurídica existente entre o contratante/usuário de serviços bancários e a instituição financeira é disciplinada pelo Código de Defesa do Consumidor, conforme decidido na ADI 259.

8. Tendo em vista a existência de defeito no serviço prestado (art. 14, § 1º, do CDC), o qual ocasionou a morte do companheiro da autora, aplica-se o disposto no art. 14 do CDC, o qual prevê a responsabilidade objetiva do Banco.

9. Respondem solidariamente pela indenização todos os responsáveis pelo acidente de consumo, inclusive os terceiros que prestaram serviço mediante contratação.

10. Face o risco profissional da atividade bancária, a instituição financeira obrigada pela Lei n. 7.102/83 a tomar todas as cautelas necessárias a assegurar a segurança de seus clientes e funcionários.

11. Considerando-se as peculiaridades do caso, bem como os padrões adotados por esta Corte na fixação do valor indenizatório a título de danos morais por morte, **reduzo a indenização arbitrada pelo Tribunal de origem** para o valor de R\$ 232.500,00 (duzentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), correspondente à 500 salários mínimos atuais. **Correção monetária a partir da presente data** e juros moratórios a partir do evento danoso.

12. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido.

(STJ - REsp 686486 / RJ RECURSO ESPECIAL 2004/0129046-5; Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO (1140); T4 - QUARTA TURMA; Julgado em 14/04/2009; DJe 27/04/2009).



008 17
mr

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Dessa forma, diante das razões expostas, voto no sentido de **ACOLHER** os presentes embargos de declaração, para fixar a data de julgamento da Apelação Cível de nº 63.923-8 como o termo inicial da incidência da correção monetária.

É como voto.

Recife,

18/12/2009

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Relator